



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ofício nº 05/2021

Brasília (DF) em 29 de Março de 2021

A Sua Excelência a Senhora

Ministra Ana Arraes

Presidente do Tribunal de Contas da União

St. de Administração Federal Sul - Asa Sul

Brasília - DF, 70042-900

Assunto: Inclusão de informações relacionadas à aprovação do PLOA 2021 no âmbito do processo Nº016.873/2020-3, em curso no Tribunal de Contas da União.

Excelentíssima Senhora Ministra-Presidente,

1. No âmbito do processo Nº016.873/2020-3, relacionado ao acompanhamento de alterações orçamentárias e impactos fiscais decorrentes das medidas de enfrentamento à crise da Covid-19, de relatoria do Ministro Bruno Dantas Nascimento, requeremos a manifestação do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a recente aprovação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2021.
2. Ante à situação de calamidade que a sociedade brasileira vivencia, entendemos que a Lei Orçamentária Anual de 2021 - recém aprovada - não reconhece como prioritárias as ações de promoção da saúde pública, tampouco de medidas relacionadas ao enfrentamento e contenção da pandemia de Coronavírus.
3. Importa destacar que o orçamento é o meio pelo qual as políticas públicas são financiadas e implementadas. Diante disso, com o recrudescimento da crise sanitária no Brasil e sem regras orçamentárias que flexibilizam as regras fiscais, os gastos para o combate dos efeitos econômicos e sociais da pandemia devem observar o cumprimento do teto de gastos e das metas fiscais estabelecidos para o exercício de 2021.
4. No Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias relativo ao 1º bimestre de 2021, enviado ao Congresso Nacional pelo Ministério da Economia, alertou-se para a ocorrência de rombo de aproximadamente R\$ 17 bilhões no Orçamento com - apenas com despesas primárias. Ou seja, faz-se necessário promover ajustes com base na nova estimativa para as despesas primárias obrigatórias em 2021.
5. No entanto, ignorando este fato, o Congresso cortou mais R\$ 26 bilhões em despesas primárias obrigatórias para viabilizar o aumento de R\$ 3 bilhões para R\$ 30 bilhões no valor concentrado nas mãos do relator. Isso significa que a previsão de gastos primários obrigatórios feitos pelo Ministério da Economia possui uma diferença de R\$ 43 bilhões em relação ao que foi aprovado na LOA 2021, o que exigirá medidas do Governo Federal para cumprir o teto de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

gastos e a meta de fiscal sem que se recorra às chamadas “pedaladas fiscais”, o que ensejaria crime de responsabilidade por parte do Presidente da República.

Obs: As assinaturas abaixo representam a vontade individual do deputado, não necessariamente a posição do partido que representam.

Vinicius Lazzer Poit

Deputado Federal (NOVO/SP)

Adriana Miguel Ventura

Deputada Federal (NOVO-SP)

Alexis Joseph Steverlynck Fonteyne

Deputado Federal (NOVO-SP)

Gilson Marques Vieira

Deputado Federal (NOVO-SC)

Lucas Gonzalez

Deputado Federal (NOVO-MG)

Marcel van Hattem

Deputado Federal (NOVO-RS)

Paulo Gustavo Ganime Alves Teixeira

Deputado Federal (NOVO-RJ)

Tiago Lima Mitraud de Castro Leite

Deputado Federal (NOVO-MG)

Rodrigo A. de Agostinho Mendonça

Deputado Federal (PSB/SP)

Fábio Ricardo Trad

Deputado Federal (PSD/MS)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Felipe Rigoni Lopes

Deputado Federal (PSB/ES)

Rodrigo Felinto Ibarra Epitácio Maia

Deputado Federal (DEM/RJ)

Luiz Paulo Teixeira Ferreira

Deputado Federal (PT/SP)

Júlio César Delgado

Deputado Federal (PSB/MG)

Alexandre Frota de Andrade

Deputado Federal (PSDB/SP)

Israel Matos Batista

Deputado Federal (PV/DF)

Nicolino Bozzella Junior

Deputado Federal (PSL/SP)

Kim Patroca Kataguiri

Deputado Federal (DEM/SP)

Tabata Claudia Amaral de Pontes

Deputado Federal (PDT/SP)

Enrico van Blarcum de Graaff Misasi

Deputado Federal (PV/SP)

Antônio Idilvan de Lima Alencar

Deputado Federal (PDT/CE)